

Relatório de Inspeção

Data: 22/09/2022

Horário: 12hrs às 16hrs

Defensores Públicos responsáveis pela Inspeção: Diego Polachini (relator), Camila Galvão Tourinho e Rafael Bedin

Juízo de execução responsável: Vec de Presidente Prudente/ 5ª RAJ

Coordenador de Execução Penal: Gustavo Picchi

Diretor: Daniel Henrique Vidal– Diretor Técnico III - Substituto

Funcionário Responsável pelo fornecimento de informações coletadas na visita: Luiz Adolfo Nunes de Andrade – Diretor Técnico III - Substituto

Descrição da metodologia/Narrativa da inspeção: Foi realizada entrevista com o Diretor durante a vistoria da Penitenciária, os defensores foram aos locais de aprisionamento, acompanhados pelo Diretor e alguns agentes e conversaram com as pessoas presas. Posteriormente, foi encaminhado ofício à Direção do estabelecimento para o esclarecimento de alguns pontos.

Conforme apontado pela direção da unidade prisional e visto pelos Defensores Públicos, a Unidade, além de se destinar à reclusão de presos em cumprimento de pena em regime fechado, conta com uma ala na qual estão abrigados presos em regime semiaberto.

A unidade prisional está acima da lotação. Segundo informações do site da Secretaria de Administração Penitenciária, o local possui capacidade para 838 pessoas, mas abriga 1496 pessoas, ou seja, a taxa de ocupação é de 178,5%.¹

A unidade foi inaugurada em janeiro de 2002.

Chegamos no local por volta das 12h e fomos recebidos pelo Diretor, que nos apresentou a área administrativa do Penitenciária. Após uma conversa sobre a Unidade, a equipe foi aos locais de aprisionamento: inclusão, enfermaria, cozinha, refeitório, oficinas de trabalho, Pavilhão 8 e Ala Semiaberto, assim como no setor de seguro e castigo.

Ao longo da inspeção, as maiores reclamações vieram das más condições das instalações e da ausência de tratamento médico adequado.

Lotação do Estabelecimento

A unidade prisional está acima da lotação. Segundo informações do site da Secretaria de Administração Penitenciária, o local possui capacidade para 838 pessoas, mas abriga 1496 pessoas, ou seja, a taxa de ocupação é de 178,5%.²

Perfil dos presos

A unidade aloca presos, em sua maioria, em cumprimento de pena em regime fechado. Contudo, também há uma ala em que são alocados presos cumprindo pena em regime semiaberto.

Questionado sobre a alocação de presos em regime semiaberto na Unidade, o Diretor Técnico do estabelecimento disse que a criação da Ala destinada ao cumprimento de pena em regime aberto teria ocorrido com as devidas autorizações e que a Unidade seria regularmente inspecionada.

¹ Informações obtidas no site da Secretaria de Administração Penitenciária em outubro de 2025 - <https://www1.sap.sp.gov.br/sp/unidades-prisionais/pen.html>

² Informações obtidas no site da Secretaria de Administração Penitenciária em outubro de 2025 - <https://www1.sap.sp.gov.br/sp/unidades-prisionais/pen.html>

Não foi informado qualquer método de seleção ou facção criminosa predominante.

Alimentação

Em resposta à ofício encaminhado pela Defensoria, a Direção do estabelecimento afirmou que, diariamente, seriam servidas 04 (quatro) refeições, sendo servido: às 06h30min, o desjejum; às 11h00, o almoço; às 16h30min, a janta e ceia, nos Termos da Resolução SOG-9/2021.

O Diretor Técnico do Estabelecimento relatou que não há alteração na sistemática apontada nos dias de visita, sendo ainda aos visitantes permitido trazer 03 (três) quilos de alimentação e 1 (uma) garrafa descartável de refrigerante de 02 (dois) litros.

Segundo apurado pelos Defensores durante a inspeção e conforme relatado pelos presos, a alimentação é insuficiente e não é devidamente higienizada

Os utensílios fornecidos para a alimentação, como pratos, talheres etc., estavam em péssimo estado.

Gerenciamento da população prisional

Na Ala Semiaberto, a tranca ocorre às 15 horas, dificultando a obtenção de trabalho. O pátio é aberto apenas entre as 8h e 15h.

Instalações

A construção da unidade se deu em 2002.

Os presos informaram que há racionamento de água, segundo eles, há o oferecimento apenas uma vez ao dia, das 8h às 9h.

Há infiltração aparente nas paredes e os presos relataram que a estrutura não é capaz de conter a chuva, que acaba molhando suas camas e pertences.

A unidade cobra R\$ 1.090,00 pelo fornecimento de um aparelho televisão de tamanho pequeno e baixa qualidade e impede que o sentenciado ou família adquira de terceiro.

Durante a inspeção, 5 (cinco) celas do Pavilhão 8 estavam com as privadas entupidas. Na Ala Semiaberto, também há o relato de banheiros entupidos.

Os presos também apresentaram reclamações em relação à qualidade dos colchões, que seriam inadequados ao uso.

O Diretor Técnico do estabelecimento informou, em resposta a ofício encaminhado por esta Defensoria, que, desde a implementação do regime semiaberto na Unidade, teria sido criado um pavilhão escolar com possibilidade de ofertar 180 (cento e oitenta) vagas para o ensino formal.

Também teria sido implementado, em parceria com a FUNAP, o Programa de Educação ao Trabalho e Cidadania – PROET, subdividido em 10 módulos com carga horária de 120 horas. Até outubro de 2022, cerca de 45 (quarenta e cinco) presos teriam participado do projeto.

Higiene

Durante a inspeção, recebemos reclamações em relação ao atraso no fornecimento do kit de higiene (kit da casa).

Os presos relataram que os materiais de higiene são fornecidos apenas uma vez ao mês e em quantidade insuficiente. Disseram que a pasta de dente fornecida era de má qualidade.

Não foi fornecida informação sobre os produtos usados para a limpeza da cela.

Atendimento de Saúde

Durante a visita, fomos informados de que não há atendimento odontológico na unidade e que, caso necessitem de atendimento, os presos precisam contratar um profissional particular.

Há relato de pacientes que precisam de atendimento médico e não o receberam, de pacientes que estão aguardando a realização de exames e de outros que aguardam o fornecimento de medicamentos já receitados. Um preso disse que aguarda a realização de uma cirurgia designada há mais de 8 meses.

Em ofício encaminhado em resposta à questionamento elaborados por esta Defensoria, o Diretor Técnico do estabelecimento afirmou que a Penitenciária possui quadro funcional na Área de Assistência à Saúde composto por: 01 médico Clínico Geral, com atuação de 40 horas semanais; 03 (três) enfermeiros por 30 horas semanais; 03 (três) auxiliares de enfermagem por 30 (trinta) horas semanais; 01 (um) dentista por 20 horas semanais 02 (dois) psicólogos por 30 (trinta) horas semanais; e 01 (uma) assistente social por 30 (horas) semanais.

Nos casos de maior complexidade clínica e/ou em que seja necessário atendimento médico especializado, os sentenciados seriam encaminhados para a Santa Casa de Adamantina/SP, para o Centro de Ações e Segurança Hospitalar – CASH, para os AMEs regionais ou para o Posto de Saúde do Município de Pracinha.

Quanto ao dentista, consta do referido ofício que ele estaria afastado para tratamento de saúde e, desta maneira, a penitenciária estaria desprovida de assistência odontológica. O Diretor do estabelecimento disse que, em setembro de 2022, 01 (um) atendimento odontológico teria sido realizado por profissional dentista do Posto de Saúde Municipal.

No mesmo período, teriam sido realizados, na Unidade, 218 (duzentos e dezoito) atendimentos médicos e 28 (vinte e oito) atendimentos por profissionais da psicologia. Teriam sido realizados 11 (onze) atendimentos médicos externos à Unidade.

De acordo com a Direção do estabelecimento, as patologias mais comuns seriam Dermatofitoses, Dermatites, Furunculose, Escaliose e IVAS. Também nos foi informado pelo Diretor que, dentro os presos alocados na Unidade, 04 (quatro) seriam portadores de HIV/AIDS, os quais seriam regularmente avaliados/acompanhados e receberiam antirretrovirais para tratamento.

Trabalho

Na Ala destinada ao cumprimento de pena em regime semiaberto, presos afirmaram enfrentar dificuldade em encontrar trabalho.

Também recebemos a informação de que quem trabalhava como monitor não estava recebendo o devido auxílio financeiro.

Em ofício encaminhado em resposta a questionamentos direcionados por esta Defensoria, o Diretor Técnico do estabelecimento relatou que, a seu ver, a possibilidade de saída da Unidade para procura de emprego não seria obrigatória, mas que a Unidade buscava ativamente parcerias com o Município para propiciar vagas de trabalho aos sentenciados do regime intermediário.

O Diretor Técnico da Unidade também relatou que apenas 07 (sete) sentenciados de regime semiaberto estavam exercendo trabalho externo na cidade de Pracinha.

Disse que, desde a implementação do regime semiaberto na Unidade, medidas teriam sido adotadas para possibilitar a criação de novos postos de trabalho interno. Dentre elas, teria ocorrido um aumento na área destinada ao cultivo de hortaliças, bem como ações de manutenção, limpeza e revitalização estrutural. Tais medidas teriam resultado na criação de 50 (cinquenta) vagas.

Consta da resposta do Diretor do Estabelecimento a ofício encaminhado por esta Defensoria que a remuneração aos presos que exercem funções dentro da Unidade seguiria as exigências legais. Aos que exercem trabalho externo, a remuneração se daria através do programa governamental Bolsa Trabalho, no valor de R\$ 540,00 (quinhentos e quarenta) reais ao mês.

Educação

O Diretor Técnico do estabelecimento informou, em resposta a ofício encaminhado por esta Defensoria, que, desde a implementação do regime semiaberto na Unidade, teria sido criado um pavilhão escolar com possibilidade de ofertar 180 (cento e oitenta) vagas para o ensino formal.

Também teria sido implementado, em parceria com a FUNAP, o Programa de Educação ao Trabalho e Cidadania – PROET, subdividido em 10 módulos com carga horária de 120 horas. Até outubro de 2022, cerca de 45 (quarenta e cinco) presos teriam participado do projeto.

Disciplina/Ocorrências

O Diretor da Unidade, nos informou, em resposta a ofício por nós encaminhado, que, nos 06 (seis) meses anteriores a outubro de 2022, teriam sido cometidas 31 (trinta e uma) faltas disciplinares por presos em regime fechado.

Em relação a presos em regime semiaberto, 10 (dez) ocorrência teriam sido registradas, sendo 04 (quatro) por fatos ocorridos no interior da Unidade, 04 (quatro) por fatos ocorridos durante saída temporária e 02 (duas) motivadas pelo não retorno de saída temporada.

Em determinado momento um preso informou que não faria reclamações sobre as punições na unidade por medo de represálias.

Visitas

Os presos nos relataram que o procedimento de inclusão/revista das visitas é muito demorado, inclusive com utilização de “revista manual” em alguns casos.

Durante os dias de visita, os presos disseram que o ingresso de vários alimentos, tais como papinha e leite em pó especial para crianças (Leite “Nan”, “Nestogeno”, dentre outros), não é permitido.

O Diretor Técnico do Estabelecimento, em resposta à ofício encaminhado pela Defensoria, afirmou que aos visitantes seria permitido trazer 03 (três) quilos de alimentação e 1 (uma) garrafa descartável de refrigerante de 02 (dois) litros.

São Paulo, 31 de outubro de 2025

DIEGO REZENDE
POLACHINI:  Assinado de forma digital por
DIEGO REZENDE
POLACHINI
Data: 2025.11.03 15:57:40
+03'00'

Diego Polachini

Membro do Núcleo Especializado de Situação Carcerária da Defensoria Pública de São Paulo